



Conflitos e Convergências da Geografia 2

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Conflitos e Convergências da Geografia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia 2 [recurso eletrônico] /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da
Geografia; v. 2)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-333-0
DOI 10.22533/at.ed.330191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia urbana. I. Ferreira,
Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nesse segundo volume da Coletânea – “Conflitos e Convergências da Geografia”, publicado pela Atena Editora, realçamos o compromisso inalienável para um debate plural e democrático a partir de diferentes análises geográficas centradas no Brasil. Trata-se de vinte e quatro contribuições oriundas de quinze estados brasileiros, os quais estão vinculados à vinte e uma instituição de ensino, pesquisa, extensão e inovação. No decorrer desse volume as reflexões propostas pelos autores retratam um panorama sobre Geografia Urbana e sua relação e interação com os Estudos Ambientais, Geotecnologias e Cartografia e as possibilidades de inclusão enfatizando o Ensino de Geografia.

Nesse contexto, as discussões e proposições sobre a urbanização, planejamento e normatização do território, segregação socioespacial, uso do espaço público, segurança e insegurança pública, desigualdades sociais, vulnerabilidade socioambiental, mobilidade urbana, acidentes de trânsito, mercado imobiliário, inundações e dinâmica fluvial, permitem inferir a relevância das pesquisas e seus desdobramentos para compreensão de diferentes realidades que convergem ao refletirmos sobre os desafios atuais do planejamento urbano e ambiental no país, cujo direito à moradia digna e a cidade são violados cotidianamente.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos que desvendem os caminhos e descaminhos para compreender a realidade brasileira e sua indissociável conexão no bojo da mundialização.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Outono de 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E A NORMATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO RIO GRANDE DO NORTE	
Matheus Lucena de Macedo Guedes Celso Donizete Locatell	
DOI 10.22533/at.ed.3301915041	
CAPÍTULO 2	13
OS ESPAÇO OPACOS CAICOENSES: DISCUTINDO A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO NOVA CAICÓ	
Iapony Rodrigues Galvão Djalma Amâncio da Silva Neto Lucas Henrique Lima Alves Ricardo Araújo de Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.3301915042	
CAPÍTULO 3	22
CONDOMÍNIOS CLUBE EM TERESINA/PIAUÍ: PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E (DES) TERRITORIALIZAÇÃO DA CIDADE	
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista Edileia Barbosa Reis	
DOI 10.22533/at.ed.3301915043	
CAPÍTULO 4	32
AS MULTITERRITORIALIDADES NA PRAÇA DA BANDEIRA-CAMPINA GRANDE- E SUAS INFLUÊNCIAS NO DEBATE SOBRE A CONCEPÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO	
Leticia Barbosa Bomfim Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.3301915044	
CAPÍTULO 5	41
TERRITÓRIOS DO MEDO: UMA ANÁLISE SOBRE A SENSACÃO DE INSEGURANÇA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE CAMPINA GRANDE	
Pedro de Farias Leite e Silva Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.3301915045	
CAPÍTULO 6	56
UMA REFLEXÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO CENTRO COMERCIAL DE SUMÉ-PB DIANTE DO ATUAL CONTEXTO LOCAL/REGIONAL	
Gustavo dos Santos Costa Lincoln da Silva Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.3301915046	
CAPÍTULO 7	67
A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO PARA CIDADE DE SOBRAL-CE	
José Antônio Alves Lino	

DOI 10.22533/at.ed.3301915047

CAPÍTULO 8 75

VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL À DENGUE NO RECIFE – PE

Caio Américo Pereira de Almeida

Rafael Silva dos Anjos

Henrique dos Santos Ferreira

Ranyére Silva Nóbrega

DOI 10.22533/at.ed.3301915048

CAPÍTULO 9 83

A IMPOSSIBILIDADE DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA COMO UM INSTRUMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO DA OUC-ACLO REALIZADA PELA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Pablo Maia Barbosa

Linda Clara Oliveira Pontes

DOI 10.22533/at.ed.3301915049

CAPÍTULO 10 92

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DIANTE DO LIMITE ESTRUTURAL DO CAPITAL: RENDA DA TERRA URBANA, AMBIENTE CONSTRUÍDO E DESSUBSTANCIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Thiago Teixeira da Cunha Coelho

DOI 10.22533/at.ed.33019150410

CAPÍTULO 11 105

O BRT COMO UMA ALTERNATIVA PARA A MOBILIDADE URBANA: O CASO BOGOTÁ E DO RIO DE JANEIRO

Ricardo Maia de Almeida Junior

Renato Paiva Rega

Saullo Diniz dos Santos Macedo

Felipe da Rocha Santos

DOI 10.22533/at.ed.33019150411

CAPÍTULO 12 115

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE – ÁFRICA

Ester Tomás Natal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.33019150412

CAPÍTULO 13 127

A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NA CIDADE DE JARAGUÁ DO SUL-SC NO PERÍODO DE 2012 À 2015

José Roberto Machado

Larissa dos Santos

Pamela Aline Gorges

DOI 10.22533/at.ed.33019150413

CAPÍTULO 14	140
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA: OS MOTIVOS DA SUA PROCURA SEGUNDO SEUS USUÁRIOS	
José Roberto Machado	
DOI 10.22533/at.ed.33019150414	
CAPÍTULO 15	157
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A DENSIDADE DA ARBORIZAÇÃO NO CENTRO DE PONTA GROSSA – PR	
Sandra Stocker Kremer Tadenuma Silvia Meri Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.33019150415	
CAPÍTULO 16	166
ESPAÇO, TERRITÓRIO E LAZER: UM ESTUDO SOBRE A LAGOA MAIOR EM TRÊS LAGOAS/MS	
Matheus Guimarães Lima	
DOI 10.22533/at.ed.33019150416	
CAPÍTULO 17	179
PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO EM UMA CIDADE MÉDIA: ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-PMCMV EM DOURADOS-MS	
Lidiane Cristina Lopes Garcia de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.33019150417	
CAPÍTULO 18	186
NOVAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MACAPÁ-AMAPÁ	
Eliane Aparecida Cabral da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33019150418	
CAPÍTULO 19	194
ESCOLAS SITIADAS E NOVO URBANISMO MILITAR: UM OLHAR SOBRE MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS NO SUDESTE GOIANO	
Raul Castro Brandão Estevane De Paula Pontes Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.33019150419	
CAPÍTULO 20	202
OS EVENTOS DE INUNDAÇÕES NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITABAPOANA – RIO DE JANEIRO, BRASIL	
Yago de Souza Verling Vinicius de Amorim Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33019150420	

CAPÍTULO 21	215
ABORDAGENS SOBRE A DINÂMICA FLUVIAL E DE SEDIMENTOS DO RIO TABOCO EM MATO GROSSO DO SUL	
Rennan Villhena Pirajá	
Diego da Silva Borges	
Mauro Henrique Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33019150421	
CAPÍTULO 22	231
GEOTECNOLOGIAS E MAPAS ONLINE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS SOBRE NOVAS POSSIBILIDADES DE REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICAS	
José Alves de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.33019150422	
CAPÍTULO 23	239
O USO DA CARTOGRAFIA TÁTIL COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO PARA OS DEFICIENTES VISUAIS	
Mateus Gouveia Alves	
Divino José Lemes de Oliveira	
Silvaci Gonçalves Santiano Rodrigues	
Heider Danilo de Oliveira	
Bruno Nascimento Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.33019150422	
CAPÍTULO 24	246
O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI) E AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA. UM ENSAIO	
Dayane Caroline Gomes da Silva Dias	
DOI 10.22533/at.ed.33019150424	
SOBRE O ORGANIZADOR	256

A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO PARA CIDADE DE SOBRAL-CE

José Antônio Alves Lino

Professor da Educação Básica do

Município de Catunda-CE

Universidade Estadual Vale Do Acaraú- Uva

Pró-Reitoria De Pesquisa E Pós-Graduação

Centro De Ciências Humanas – Cch

Mestrado Acadêmico Em Geografia – Mag

joseantonioalino@gmail.com

RESUMO: A cidade de Sobral vem crescendo ao longo das duas últimas décadas. Com isso, cresce também a necessidade de organização espacial da cidade, bem como, de seus territórios, para que esta, possa promover o bem-estar social de sua população. A criação do Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM), instituído pela Portaria Ministerial Nº 511 de 2009, do Ministério das Cidades, já é uma realidade no Brasil. Este instrumento tem como finalidade fazer a análise metodológica, científica e epistemológica da criação de território, da desterritorialização, da construção das espacialidades e produção do espaço. Para tanto, autores como Milton Santos, Henry Lefebvre, David Harvey são leituras fundamentais, por terem uma visão político-social condizente com a proposta do Cadastro. A parcela cadastral é a menor unidade territorial a ser analisada no CTM. Este, propõe-se a nortear a administração municipal para que esta, ofereça com eficiência: a mobilidade urbana, o saneamento básico, a arrecadação

tributária e a melhoria nos serviços de saúde e educação. Essa pesquisa busca conhecer o processo de implementação do CTM, na cidade de Sobral, identificando seus territórios sociais, econômicos e culturais, e ainda a produção espacial do município. A Planta de Valores Genéricos e o Plano Diretor, por exemplo, é um bom objeto de análise, pois estes, comunicam-se com CTM.

PALAVRAS-CHAVE: Sobral; cadastro; espaço; território; administração.

ABSTRACT: The city of Sobral has been growing over the past two decades. This also increases the need for spatial organization of the city, as well as its territories, so that it can promote the social well-being of its population. The creation of the Multifinal Land Registry (MLC), established by Ministerial Order No. 511 of 2009, of the Ministry of Cities, is already a reality in Brazil. This instrument aims to make the methodological, scientific and epistemological analysis of the creation of territory, deterritorialization, the construction of spatiality and production of space. For such, authors such as Milton Santos, Henry Lefebvre, David Harvey are fundamental readings, for having a political-social view consistent with the Cadastro proposal. The cadastral parcel is the smallest territorial unit to be analyzed in the CTM. It proposes to guide the municipal

administration so that it can efficiently offer: urban mobility, basic sanitation, tax collection and improvement in health and education services. This research seeks to know the process of implementation of the CTM, in the city of Sobral, identifying its social, economic and cultural territories, as well as the spatial production of the municipality. The Generic Values Plan and the Master Plan, for example, are a good object of analysis, since they communicate with CTM.

KEYWORDS: Sobral; register; space; territory; administration.

1 | INTRODUÇÃO

A produção do espaço é algo que vem gerando muitas discussões, sobre tudo, no meio científico nas áreas de ciências humanas, que discutem a construção das espacialidades como fator fundamental na criação de territórios e tem nesse contexto, o homem como principal causador das mudanças e transformações ocorridas no espaço. A cidade de Sobral, nesse caso, como todas as cidades médias e grandes, sofre muitas transformações de seu espaço urbano, sendo algumas positivas e outras não.

O Cadastro Territorial Multifinalitário, como instrumento de políticas públicas de gestão territorial e espacial, tem, para esta cidade, uma importância muito grande, uma vez que, este contém informações fundamentais para que a administração organize, de forma eficiente, o solo urbano e rural do município seja este, terras públicas ou privadas produtivas ou não produtivas, o importante é estarem todas na base de dados do CTM, para daí, a gestão municipal saber como ajudar todas essas propriedades a terem uma função social pública.

O primeiro passo é desmistificar a ideia de que o CTM é um instrumento público que funciona somente como a legislação de cobrança de imposto. As cobranças de impostos territoriais, como de outros serviços promovidos pela prefeitura são apenas parte do que se propõe no cadastro, mas o mais importante é o gerenciamento da produção do espaço, e como a administração fará intervenção para garantir o bem-estar social dos mais diversos pontos territoriais da cidade.

É através da parcela, a menor unidade territorial colocada no cadastro, que é feito o estudo do território do município. Elas mostram como ocorre a produção do espaço e como a administração atua no controle da construção da espacialidade. Serão colocadas no CTM, por questões técnicas de implementação do mesmo, algumas informações acerca da parcela, que não podem deixarem de existir, que são as relações físicas, jurídicas e econômicas destas, pois é a partir disto que se pode aferir alguns conceitos fundamentais para a identificação dos fatores: aonde (localização), quem (proprietário), como (aquisição), quando (tempo da aquisição) e quanto (preço do imóvel), elementos que estão relacionado com cada parcela.

Para SOUSA, (2014), as ciências mais diretamente ligadas, inclusive

epistemologicamente, com a análise do território são: a Ciência Política, pela via do conceito para ela epistemologicamente fundante de poder e a Geografia que se arroga de ser a disciplina do espaço social.

Assim, o Cadastro Territorial Multifinalitário, se apresenta como expoente de uma análise cadastral de um território, grande, complexo e com muitos problemas socioeconômicos e espaciais a serem estudados dentro dos limites do município de Sobral no noroeste do estado do Ceará.

2 | OBJETIVO

Os objetivos pretendidos nessa pesquisa são:

2.1 Objetivo geral:

Reforçar o discurso sobre a organização territorial dos municípios, bem como, a construção das espacialidades em busca de debates que possam promover a elaboração de mais políticas públicas voltadas, a implementação de projetos urbanísticos, de preservação do meio ambiente e a promoção do bem-estar da população de Sobral.

2.2 Objetivos específicos:

- Fazer a análise dos benefícios e ou vantagens propostas pelo CTM no município de Sobral.
- Fortalecer o discurso sobre Cadastro Territorial Multifinalitário na geografia, junto a comunidade acadêmica, bem como, em outras ciências do campo das ciências humanas.
- Contribuir para que seja bem divulgado a implementação do CTM no estado do Ceará, com ênfase na cidade de Sobral.

3 | METODOLOGIA

Para a realização das ações propostas nesta pesquisa serão necessários atividades de campo para acompanhar o andamento do cadastro, entrevistas com membros da equipe técnica responsável pelo levantamento cadastral e processamento das informações, entrevistas com cidadãos para análise de prováveis benefícios que virão através do Cadastro Territorial Multifinalitário.

Para a efetivação desse projeto será preciso contar com o apoio e a colaboração de alguns órgãos e pessoas como:

Primeiro: *Universidade Estadual Vale do Acaraú.*

* Contar com o apoio do laboratório de geoprocessamento da instituição para a compreensão de elaboração de mapas, plantas, croquis e outras atribuições do mesmo; aprender como usar de forma efetiva as tecnologias: Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), Sistema Global de Posicionamento, (GPS), Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS), Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000) e Universal Transversa de Mercator (UTM), necessários na construção do cadastro.

* Contar com o apoio do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (NEURB), para entender a dinâmica das cidades médias nordestinas.

Segundo: *Instituto de desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará (IDECE).*

* Contar com o apoio deste para entender o trabalho junto as cidades cearenses no que se refere a desenvolvimento urbano.

Terceiro: *Gestão municipal do município de Sobral.*

* contar com o apoio de alguns membros de gestões municipais para colheita de informações acerca do projeto.

Quarto: *Cartório de registro de imóveis do município de Sobral.*

* contar com o apoio de chefes de cartório de registros de imóveis, para informações sobre registros de: posse, locação, arrendamento, alienação entre outros.

Quinto: contar com o apoio de várias pessoas como: orientador da pesquisa, gestores municipais, chefes de órgãos, membros do MAG (Mestrado Acadêmico em Geografia) e quem mais for necessário.

4 | RESULTADO PRELIMINAR

A grande carência de planejamento urbano e fiscalização das propriedades latifundiárias é o que causa a necessidade da implementação de um estudo feito através do Cadastro Territorial Multifinalitário, pois é notório a falta de políticas municipais, que contemple um assunto tão relevante para a sociedade como é o gerenciamento do desenvolvimento urbano das cidades no que se refere a mobilidade, infraestrutura de ruas e bairros e do direito de propriedade, posse legal da terra, formalização de perímetros que estão na informalidade e a cobrança correta dos impostos referentes as propriedades urbanas e rurais.

Portanto são esses os objetivos almejados por uma pesquisa como esta, analisar se esse tipo de política é viável ou não, na organização do território, na produção espacial e na promoção da qualidade de vida da sociedade.

5 | UMA VISÃO GERAL DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO – CTM.

O cadastro territorial multifinalitário, em sua função político-social tem como principal objetivo auxiliar a gestão municipal em suas ações no que se refere a

planejamento urbano e desenvolvimento sustentável das pequenas, médias e grandes cidades. Isso se dá, através de um estudo e um mapeamento das propriedades urbanas e rurais, identificando-as de forma que o município crie um banco de dados contendo todos os detalhes importantes de todas elas. Com esses dados, a gestão do município criará, sua política de planejamento urbano, social, fiscal, seus cadastros temáticos e planejará suas ações inerentes ao processo de infraestrutura tanto da zona urbana quanto da zona rural ganhando respaldo para que os proprietários, de imóveis edificados e não edificados, paguem o tributo referente ao uso do solo, o que está previsto em vários instrumentos legais do nosso país tais como: Constituição Federal de 1988, Estatuto da terra, Lei 4.504/64, Estatuto das cidades, Lei 10.257/2001 entre outros.

O cadastro deve cobrir todo o território do município, pois quanto maior for a sua cobertura territorial, maior a abrangência da multifinalidade. Apenas assim será possível que o cadastro seja a informação básica para todos os cadastros temáticos. É preciso, portanto, buscar cadastrar cada porção do território, seja urbano ou rural, público ou privado. A unidade fundamental do CTM é a parcela cadastral, esta não poderá ser de forma alguma substituída por uma outra nomenclatura, pois tem que seguir os padrões técnicos da portaria ministerial. Portanto, de maneira nenhuma poderá ser colocado nos dados cadastrais unidades diferentes de uma parcela.

A unidade fundamental do CTM é a parcela cadastral, portanto não deve haver nos bancos de dados unidades menores do que a parcela. As parcelas são contíguas, de maneira que não se sobreponham umas às outras, nem haja lacunas entre elas. Um imóvel possui regime jurídico único se apresentar uma única situação legal (um único título de propriedade ou uma única condição de posse). Caso contrário, o imóvel deverá ser descrito por mais de uma parcela, correspondente a cada regime jurídico (CARNEIRO, 2010).

Para o município de Sobral o cadastro será fundamental para dirimir eventuais dúvidas acerca das regiões limítrofes com os municípios circunvizinhos, pois a partir do momento que se cria o cadastro, essa base de dados virará lei municipal e o território do município será identificado no Ministério das Cidades de acordo com o mapa estabelecido no cadastro.

O território do município é composto de parcelas. Numa situação ideal, o cadastramento será considerado completo quando a superfície do município e a superfície cadastrada forem idênticas. Lotes, glebas, vias públicas, prédios públicos, praças, lagos, rios, açudes, todos devem ser modelados por uma ou mais parcelas cadastrais.

Portanto, desde a organização territorial até a divisibilidade, produção e rearranjo espacial, o CTM estará, “longe de querer substituir outros meios políticos para esse fim”, contribuindo para que isto aconteça na prática, com o uso dos dados cadastrados. Assim, isso é bem mais fácil de ser feito.

6 | A NECESSIDADE DE SOBRAL IMPLEMENTAR O CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO – CTM.

Sobral, hoje, possui, pelo menos nas áreas de maior fluxo urbano, de movimentação de pessoas e mercadorias, uma boa estruturação de ruas, porém muitos problemas vêm surgindo com o aumento desses dois elementos espaciais citados. Daí a necessidade de uma reorganização do espaço utilizado pela cidade. Para isso, nada melhor do que ter o conhecimento de toda e qualquer porção de solo desse município através do CTM, que recentemente ganhou título de metrópoles com dezoito municípios, relacionando-se diretamente com ele.

Para Milton Santos, que em sua obra, Espaço e Método, descreve os elementos do espaço, basta apenas viver na cidade ou até mesmo passar parte de seu tempo na cidade para que o indivíduo contribua com a produção do espaço dela.

Os elementos do espaço seriam os seguintes: os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas. Os homens são elementos do espaço, seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatas a isso, trata-se de jovens, de desempregados ou de não empregados (SANTOS, 1926-2001, p. 16).

O CTM, nesse sentido, incumbe-se de descrever onde e como essas pessoas vivem, se são proprietários, ocupantes ou arrendatários de imóveis, em quais empresas trabalham, o que produzem, daí se perceberá como o espaço da cidade está sendo produzido.

Na opinião de David Harvey, no que se refere a produção do espaço por meio da urbanização ele diz:

De modo mais apropriado dever-se-ia considerar a urbanização um processo social especialmente fundamentado no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas (HARVEY, 2005 p. 167,168).

Percebe-se na visão desses dois autores que o elemento espacial, homem é o ponto chave na produção espacial e que os demais elementos, não menos importantes, são consequência das ações desse. Daí a importância social do Cadastro, uma vez que, este tem como fator preponderante a busca da função social da terra, ou seja, a quem ela, está servindo, seja ela urbana ou rural.

O território sobralense é extenso e muito diversificado do ponto de vista tanto físico quanto cultural. Assim a construção de vários territórios dentro de Sobral tem se intensificado, sobretudo nas três últimas décadas, mais ainda no início dos anos dois mil. Centro histórico da cidade, bairros, Periferias, distritos, localidades, comunidades tradicionais, todas essas categorias de territórios fazem com que o município precise de elaboração de políticas de reestruturação territorial feitas com base em informações precisas, como as que estão nos bancos de dados do CTM.

A reflexão teórica se ver obrigada a redefinir as formas, funções, estruturas da cidade (econômicas, políticas, culturais e etc.), bem como as necessidades sociais inerentes a sociedade urbana (LEFEBVRE, 1901-1991, p.105).

Nesse momento, o município precisa do CTM para muitas funções inclusive aquisição de receita através da cobrança de tributos do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), de forma correta, de acordo com o valor venal do imóvel, construir a sua Planta Genérica de Valores (PGV) e assim, elaborar suas ações e direcionar seu futuro para um desenvolvimento urbano de forma a contemplar toda população e fazer com que o solo urbano seja utilizado de forma correta e consciente. Isto, fará com que, no futuro da cidade, exista menos riscos de construção de habitações em locais inapropriados, formação de favelas, degradação de rios e córregos que cortam a cidade.

Modernamente, a missão do cadastro não deve estar restrita à arrecadação de impostos, mas este deve servir como ferramenta para o planejamento do território e para a promoção da justiça social: o direito a terra ou a moradia (OLIANE, 2016, p.12).

Portanto, cabe a administração do município fazer com que o CTM seja aplicado de forma coerente com sua fundamentação prevista em lei, pois além de ser um ato praticado pela administração pública, tem um valor social muito significativo, sobretudo no que se refere a produção espacial e reestruturação do território que é a base física onde ocorrerá toda a dinâmica de reação do homem com o homem e do homem com a natureza.

O modo como a vida se desenrola revela uma dimensão espacial, o que nos coloca a questão de como a realização da vida tem nessa condição o seu pressuposto. A existência humana se funda e se revela na práxis. Nossa corporeidade revela a espacialidade, pois o ser humano tem uma existência espacial cuja aproximação vem do corpo como mediação necessária por meio da qual ele se relaciona com o mundo. Podemos também estabelecer que todas as nossas relações ocorrem em lugares específicos no espaço (CARLOS, 2018, p.54).

Assim, fica evidente a necessidade de se fazer um reconhecimento minucioso de como está sendo feita a ocupação desse espaço, nesse caso concreto, do espaço territorial da cidade de Sobral, pois é nela que milhares de pessoas vivem e produzem, chegam e saem todos os dias num movimento extraordinário de fluxo de gente, de mercadorias e de serviços. Contribuindo para a produção e reprodução, incessante, do espaço na construção do território.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estabelecer suas metas os municípios deverão mais do que nunca planejar cada ação a ser implementada no âmbito das políticas públicas, pois cada uma dessas

ações irão, de forma direta ou indireta, impactar na vida das pessoas destes. Sendo assim, a elaboração de projetos voltados a gestão do território é de fundamental importância para a boa gestão administrativa municipal, sendo esta, a representante direta do Estado para os municípios, que, por sua vez, esperam dele a condição para a sua sobrevivência tendo a cidade como ponto de referência na aplicação do dinheiro público já que a grande maioria da população brasileira vive em grandes, médios ou pequenos centros urbanos.

O CTM como parte desse processo, na gestão e produção do espaço, tem uma função muito importante no desenvolvimento urbano, social e político de uma cidade, pois este sendo usado em sua multifinalidade contribui de forma perspicaz no desempenho da administração pública do município sendo ele base de planejamento para diversas ações praticadas não só pela prefeitura, mas por vários órgãos que prestam serviços públicos tanto do estado quanto da União e até mesmo empresas privadas poderão se utilizar de suas informações para prestações de serviços diversos.

Os benefícios trazidos ao município com a implantação de um CTM ultrapassam qualquer setor político ou social, uma vez que todos farão parte dele e eles serão os que terão o retorno do produto desse tipo de projeto, desde que, todos saibam conhecer sua posição dentro do Cadastro e contribuam de forma ativa para sua permanência atualizada para que ele possa surtir efeito.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição Federal de 1988.**

BRASIL, **Estatuto da terra, Lei 4.504/64.**

BRASIL, **Estatuto das cidades, Lei 10.257/2001.**

BRASIL, **Portaria Ministerial Nº 511/2009.** Ministério das Cidades.

CARLOS, Ana Fani Alessandro, **A Condição Espacial**,. 1ª ed. 3ª impressão. - São Paulo: contexto, 2018.

CARNEIRO, Andrea Flávia Tenório. **Manual de apoio – CTM: Diretrizes para a criação, instituição e atualização do cadastro territorial multifinalitário dos municípios brasileiros.** CUNHA, Egláisa Micheline Pontes; ERBA, Diego Alfonso (Orgs). Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

HARVEY, David, **A Produção Capitalista do Espaço**, - São Paulo: annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri; **O Direito a Cidade**,/ Henri Lefebvre, Tradução: Rubens Eduardo Frias - São Paulo: Centauro, 2001

OLIANE, L. O. **Noções de Cadastro Territorial Multifinalitário.** CREA-PR Curitiba, 2016.

SANTOS, Milton; **Espaço e Método**, - 5ª ed. 2ª reimpr. - São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SOUSA, Marcelo José Lopes de; **Geografia: Conceitos e Temas**/ organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Correia. - 16ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - "Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia -UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018), entre outras publicações.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-333-0

